

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SAFYA ARAÚJO DE LIMA DE SÁ ANTUNES

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO
PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DA
INDUSTRIALIZAÇÃO**

RECIFE – PE

2021

SAFYA ARAÚJO DE LIMA DE SÁ ANTUNES

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO
PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DA
INDUSTRIALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela aluna **Safya Araújo de Lima de Sá Antunes** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas sob a orientação do **Prof. Dr. Guerino Edécio da Silva Filho**

RECIFE – PE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S128d Araújo de Lima de Sá Antunes, Safya
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO
DE INTENSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO / Safya Araújo de Lima de Sá Antunes. - 2021.
55 f. : il.
- Orientador: Guerino Edecio da Silva Filho.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em
Ciências Econômicas, Recife, 2021.
1. Industrialização. 2. Papel do Estado. 3. Desenvolvimento Econômico. I. Filho, Guerino Edecio da Silva, orient. II.
Título

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO
PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DA
INDUSTRIALIZAÇÃO**

Safya Araújo de Lima de Sá Antunes

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota _____ apresentado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guerino Edécio da Silva Filho (Orientador)

Profa. Dra. Isabel Cristina Pereira de Oliveira (1ª Examinadora)

Profa. Dra. Keynis Cândido de Souto (2ª Examinadora)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta Monografia contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

Ao professor Dr. Guerino, por me orientar durante todo o processo com sua paciência, dedicação e conhecimento.

A todos os professores do Departamento de Ciências Econômicas que me auxiliaram no entendimento do papel da Economia na sociedade.

Aos professores de outros departamentos em especial os de História (Gustavo Acioli), Administração (Fabiana) e Matemática (Samuel e Ângela).

Aos meus amigos, Beatriz, Fábio, Gabriel e Marcílio que viveram comigo um misto de sentimentos durante os anos de Universidade.

E a minha mãe, Simone, que de forma simples conseguiu me ensinar e ainda ensina quando esqueço, que a vida deve ser levada de forma simples.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor adicionado industrial em 1952 e 1961	34
Tabela 2 - Composição em % da formação bruta de capital fixo - 1963 a 1973	37
Tabela 3 - Composição em % da formação bruta de capital fixo - 1970 a 1984	38
Tabela 4 - Crescimento do PIB (1946 - 1984)	39
Tabela 5 - Potência instalada das usinas de energia elétrica (1900 - 1985).....	39
Tabela 6 - Porcentagem da população analfabeta no Brasil (1872 - 1920)	41
Tabela 7- Evolução da composição educacional da população com 15 anos ou mais (1960 - 1985)	41
Tabela 8 - Extensão da rede ferroviária em tráfego (1900 a 1985).....	43
Tabela 9 - Número de Estabelecimentos Industriais, nas datas do censo industrial (1907 – 1985) ..	43
Tabela 10 - Distribuição da população ativa por setor da atividade (1940 - 1985)	44
Tabela 11 – Pessoal ocupado na Indústria, nas datas do censo industrial (1939 - 1985).....	44
Tabela 12 - Salários pagos ao pessoal ocupado na Indústria, nas datas do censo industrial (1939- 1980)	44
Tabela 13 - Relação do número de empregados com estabelecimentos industriais (1940-1969)	45
Tabela 14 - Valor da produção industrial, nas datas do censo industrial (1939 - 1980).....	45
Tabela 15 - Valor da importação brasileira de equipamento industrial (1900 – 1939)	46
Tabela 16 - Taxa de crescimento da importação de bens (1946-1984)	46
Tabela 17 - Composição das importações (1974-1984).....	47
Tabela 18 - Produção e consumo brasileiro de cimento de ferro gusa em milhões de toneladas (1920 - 1940)	48
Tabela 19 - Distribuição por setores da atividade industrial em percentagens do valor adicionado (1920 - 1950).....	48
Tabela 20 - Participação das exportações de produtos agrícolas na renda interna (1947 - 1961)	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metas para o setor de transporte do Plano de Metas de JK	42
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Domicílios com iluminação elétrica no Brasil (1940 - 2000)	40
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Função de Produção per capita do Modelo de Solow	17
Figura 2 - Diagrama de Solow	19
Figura 3 - Diagrama de Solow com representação da função de produção	20
Figura 4 - Diagrama de Solow com aumento na taxa de investimento.....	21
Figura 5 - Diagrama de Solow com aumento na taxa de crescimento populacional	21
Figura 6 - PIB per capita dos Estados Unidos	23
Figura 7 - Diagrama de Solow para análise do Modelo AK.....	25

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

JK – Juscelino Kubitschek

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento

SUMOC – Superintendência de Moeda e Crédito

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o papel que Estado desempenhou no processo de intensificação da industrialização e como o aprofundamento da industrialização impactou no desenvolvimento econômico do país entre os anos de 1946 e 1985. A partir de informações obtidas através de pesquisas bibliográficas e documentais foi possível realizar uma conexão entre o processo de industrialização e o progresso econômico brasileiro no século XX, ou seja, pôde ser identificado que as ações do Estado como financiador direto e indireto, planejador e coordenador de atividades tiveram impacto direto na redução dos gargalos estruturais da economia.

Palavras-chaves: Industrialização, Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico, Papel do Estado, Infraestrutura Básica, Gargalos Estruturais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1. INTERVENÇÃO DO GOVERNO NA ECONOMIA BRASILEIRA	12
2.2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	13
2.2.1. TEORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CEPAL	15
2.2.2. CRESCIMENTO ECONÔMICO	16
3. METODOLOGIA.....	26
4. RESULTADOS OBTIDOS	28
4.1. INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	28
4.1.1. GOVERNO DUTRA (1946 – 1950).....	30
4.1.2. GOVERNO VARGAS (1951 – 1955).....	31
4.1.3. GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHECK (1956 – 1961).....	32
4.1.4. GOVERNO JANIO QUADROS / JOAO GOULART (1962 – 1964).....	34
4.1.5. REGIME MILITAR (1964 – 1985).....	35
4.2. EFEITOS ECONOMICOS	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história a maioria das sociedades passou por diversos ciclos econômicos, baseados inicialmente nas suas vantagens competitivas, ou seja, empregando esforços em atividades menos custosas e mais rentáveis quando comparadas com outras sociedades. Porém essa lógica de atividade “nata”, onde os países deveriam adotar a divisão de trabalho internacional como uma “absoluta verdade” e como a única forma de manter a economia internacional harmônica, passa a ser questionada quando alguns pensadores começam a se perguntar o porquê de serem delegados aos países “subdesenvolvidos” a especialização em atividades agroexportadoras, vulneráveis que são ao observável processo de elevada deterioração dos termos de troca, e não, alternativamente, um processo de industrialização - que é mais compatível com a intensificação da diversificação econômica e, por consequência, mais favorável à difusão tecnológica por toda a economia, onde eles também pudessem participar do “mundo dos produtos manufaturados”.

No entanto, a saída desses países de economia primária para uma industrializada não poderia ser realizada nos moldes da escola clássica que pregava o livre comércio entre as nações. Pois, dessa forma elas nunca iriam ou demorariam um tempo suficientemente longo para dar aval à divisão internacional do trabalho. Devido a isso, se fez necessário fazer frente à escola clássica para buscar novas formas de realizar o processo de industrialização de países “subdesenvolvidos”, algo que fora realizado, por exemplo, como decorrência das recomendações advindas de economistas da Escola Histórica Alemã, que defendiam a singularidade contextual histórica, econômica e social de cada localidade sendo dessa forma um equívoco aplicar medidas econômicas iguais em países que possuíam estruturas econômicas diferentes. (OSER e BLANCHFIELD, 1983, p. 191).

A realização desse processo de industrialização não seguiria os moldes da escola clássica que pregava uma cartilha ortodoxa de livre mercado, disseminando a ideia de que o desenvolvimento econômico precisaria ser realizado em etapas necessárias para qualquer nação que desejasse alcançá-lo. Pode-se pegar como exemplo controverso a Inglaterra, que em seu período de industrialização utilizou-se de políticas protecionistas e depois de concluído disseminou através da Escola Clássica os benefícios do livre mercado (SANTOS, 2008, p.72). Além disso, os benefícios do livre mercado tornam-se prováveis quando os países se encontram no mesmo nível de poder de barganha, e, muitas vezes, isso está atrelado ao próprio nível de desenvolvimento econômico, fora isso, há uma tendência

para a configuração econômica geralmente denominada como centro-periferia, na qual a liberdade econômica tende a ser constrangida por fatores extra mercado, em desfavor dos países economicamente mais atrasados.

Friedrich List acreditava que países “subdesenvolvidos” deveriam realizar a mudança de seu estágio rural para uma nação industrializada, utilizando políticas protecionistas com o intuito de desenvolver a sua indústria “nascente” (OSER e BLANCHFIELD, 1983, p. 195). Pensamento este, que mais tarde também seria defendido pela CEPAL e adotado pelo Brasil através do *Modelo de Substituição por Importação*, que consistia, sobretudo, na capacidade de planejamento governamental, forte poder intervencionista do Estado, protecionismo, isenções e incentivos fiscais, crédito oficial subsidiado, provisão de infraestrutura pública e, entre outros instrumentos, na valorização da taxa cambial - valorização que já era realizada com o intuito de assegurar a balança de pagamentos, porém com a proposta de mudança da estrutura econômica conseguiu auxiliar na proteção das indústrias nacionais – e no controle e bens não duráveis e de bens competitivos à indústria brasileira (GIAMBIAGI, 2005 p. 26).

O Brasil, por muito tempo se enquadrou no rol de países subdesenvolvidos, tendo a sua economia agrícola voltada para a exportação. A mudança de sua base econômica irá acontecer mais intensamente a partir da década de 1950, ocorrendo uma coordenação de investimentos estrangeiros, privados e públicos comandada pelo Estado intensificando o processo de industrialização (SUZIGAN, 1988. p.6). Todavia, existem discursos que menosprezam a capacidade do estado de realizar atividades de coordenação visando o crescimento econômico da nação, mesmo sabendo da importância que ele teve na implantação da indústria nacional.

Como foi apresentado, de acordo com Suzigan (1988) o processo de industrialização brasileiro tende a ganhar status de objetivo nacional mais precisamente na década de 1950, antes disso as indústrias presentes eram em sua maioria dependentes do setor agropecuário voltado à exportação. Setor que não conseguia gerar em termos constantes, renda, emprego e progresso técnico. Notando a defasagem do setor agroexportador e influenciado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Estado inicia a realização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor industrial, tais como o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, os Planos Nacionais de Desenvolvimento do Regime Militar dentre outras medidas isoladas.

Por fim, durante o processo de industrialização é notória a mudança na estrutura econômica, que pode ser mensurada através da expansão do mercado de trabalho, aumento da renda *per capita*, inovação, incorporação do progresso técnico e criação de capital humano. Além disso, ao final do processo de industrialização, já na década de 1980, ocorre mudanças nos indicadores sociais, novo

padrão de vida e consumo para algumas classes sociais - bem como, mudanças de ordem política, devido à defesa das instituições democráticas que tem como objetivo político o desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2008. p. 2).

O papel do Estado na sociedade, e mais precisamente a sua intervenção na economia, é um tema recorrente nas análises econômicas por conseguir levantar opiniões diversas. Há quem defenda a sua total participação, argumentando que esta é a maneira mais eficaz de redução das desigualdades econômicas e sociais, e há quem defenda a sua quase ausência, expondo que o Estado deveria se ater nas questões para as quais ele foi criado, e por último há também quem defenda a sua participação de forma moderada agindo tanto quanto um regulador das relações econômicas quanto um investidor em setores “necessários”.

O fato é que, a economia brasileira em seus diversos ciclos econômicos teve o Estado como um dos seus principais protagonistas, tanto em ações consideradas equivocadas - como a compra do excedente do café em sua última crise - quanto em ações visando o desenvolvimento econômico do país, como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Banco do Nordeste do Brasil. Por isso, diante de tantas ações e políticas econômicas executadas pelo Estado, benéficas ou não para a sociedade, torna-se importante entender que não seria legítimo imputar a ele a responsabilidade de todos os insucessos da economia brasileira e dissociá-lo da parte mais favorável que lhe cabe no processo de desenvolvimento econômico do país. Assim, também se mostra necessário entender o quanto foi importante o processo de industrialização brasileiro coordenado pelo estado, que conseguiu, de uma forma ou de outra, fomentar os investimentos públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, que findaram por sustentar o crescimento econômico que financiou o desenvolvimento econômico experimentado pelo país a partir de sua transformação produtiva. Observe-se que, um primeiro passo elementar é compreender a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, principalmente, para que a população possa melhor avaliar com mais consciência os retornos gerados à sociedade, nos curto e longo prazos, advindos dos constrangimentos que a política governamental a ela com frequência impõe, critério que deveria em última instância abalizar as boas das más políticas públicas.

Devido ao que foi exposto e, considerando-se como não desprezível a noção de que desvios provocados pelo intervencionismo acarretam potenciais problemas para a economia regada pelo sistema de preços relativos, essência em uma economia descentralizada, bem como, das adicionais externalidades negativas que isso pode acarretar. A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar se as ações do Estado visando a implantação da indústria no Brasil impactaram em prol do seu desenvolvimento econômico, algo um tanto confuso na literatura recente sobre a economia

brasileira que se vincula a uma ortodoxia, enfatizando aspectos de curto prazo, em geral vinculadas ao exame de conjuntura em termos de estabilidade da moeda e da gestão da dívida pública, e deixando escapar a análise da enorme transformação da economia brasileira ocorrida nas décadas do modelo de substituição de importações. Para tal feito será necessário entender o processo de industrialização brasileiro e as ações diretas do governo para realizar essa mudança estrutural e analisar alguns dos importantes impactos em seu desenvolvimento econômico.

Para tanto, o presente estudo está dividido, além desta introdução, em sete capítulos, o primeiro aborda o papel da intervenção do governo na economia, o segundo e terceiro capítulos discorrem, respectivamente, sobre as teorias de desenvolvimento e crescimento econômico; e o quarto capítulo exhibe os caminhos metodológicos seguintes; o quinto aborda as ações realizadas pelo Estado durante o processo de industrialização brasileiro; o sexto aborda os efeitos econômicos causados pelas ações do Estado; e o sétimo capítulo apresenta as considerações finais do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. INTERVENÇÃO DO GOVERNO NA ECONOMIA BRASILEIRA

De acordo com Riani (2009), o processo de intervenção do governo na economia brasileira ocorreu inicialmente de forma desordenada, limitando-se a garantir recursos públicos em benefício de classes produtoras que detinham influência política. A mudança de política econômica mais significativa passou a ocorrer após 1950, com a intensificação da atividade governamental na economia. Até Getúlio Vargas a não intervenção do governo na economia se dava pela sua estrutura tributária que era voltada para o comércio externo. Com a crise do setor cafeeiro junto com a depressão mundial de 1930, observa-se no Brasil um processo de substituição das importações, intensificando a atividade industrial já existente.

Como não ocorria atração de recursos financeiros privados para investimentos de longo prazo, que apresentavam um retorno incerto, cabia ao Estado realizar essa intervenção, criando inicialmente a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que se julgava de suma importância, uma vez que ela seria fundamental para o estabelecimento da infraestrutura básica que permitiria ao setor industrial desenvolver internamente o adensamento das cadeias produtivas. Essa intervenção continua se intensificando na década de 1940, em grande parte, devido à escassez de produtos industrializados provenientes de países que estavam participando ativamente da 2ª guerra mundial.

Segundo Riani (2009), a criação e atuação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) foi de grande importância para o desenvolvimento da infraestrutura básica que o setor industrial necessitava, conforme já mencionado, pois o BNDE disponibilizava linhas de crédito para empresas privadas com o intuito de realizar o financiamento da infraestrutura básica da economia. Ainda pensando na fortificação da infraestrutura básica do país, houve a criação da Petrobrás em 1953, visando garantir o seu abastecimento interno, além das preocupações nacionalistas da época.

A intervenção do governo nas ações e financiamento do setor produtivo do país, fez com que o governo expandisse as suas ações para atividades econômicas consideradas atípicas, tais como o setor de telefonia, energético, e de transporte público. Exercendo um forte controle sobre os preços praticados com a criação de órgãos destinados para tabelamento de preços como era o caso do CIP (Conselho Interministerial de Preços), criando assim distorções no mercado. Porém mesmo com as externalidades negativas, o Estado foi uma peça importante para o crescimento econômico, pois ele

toma para si a responsabilidade de coordenar e alocar recursos que estavam além da capacidade do setor privado, visando o desenvolvimento do país. Ainda segundo Riani (2009), as altas taxas de crescimento econômico apresentado durante as décadas de 1950 e 1960, foram influenciadas pela participação do governo na economia. Porém, segundo esse mesmo autor, o crescimento foi acompanhando de uma concentração de renda, aumentando as desigualdades econômicas e sociais já existentes, devido a escolha do governo em fomentar o capital em detrimento das suas atividades típicas.

Tecnicamente, o Governo interfere na economia quando bens e serviços apresentam características como *indivisibilidade do produto* ou incertezas de retorno do capital, por exemplo. A indivisibilidade do produto, ou seja, a impossibilidade de excluir o uso das pessoas que podem pagar pelo bem ou serviço das que não podem, faz com que seja inviável a sua oferta pelas empresas privadas, implicando em bens e serviços que possuam essa característica sejam ofertados pelo setor público ou que tenham a sua oferta pelas empresas privadas incentivadas pelo Estado (RIANI, 2009, p. 13). Os riscos e as incertezas das atividades econômicas causam uma ausência do capital privado em investimentos que apresentam essa característica e que muitas vezes são cruciais para a sociedade. Essas incertezas resultam tanto pelo não conhecimento do mercado, quanto pela presença de instabilidades políticas e sociais. Além disso como esses investimentos apresentam um retorno de longo prazo e uma necessidade financeira acima da capacidade da maioria das empresas, cabe ao estado a captação de recursos para realizar esse empreendimento.

2.2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De acordo com Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico configura-se como um dos cinco objetivos políticos nos quais os governos das sociedades modernas se baseiam para a criação de suas políticas públicas, sendo os demais a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do meio ambiente. O desenvolvimento econômico por si só pode ser definido como um processo de elevação da produtividade; dos salários e uma modificação das estruturas sociais, econômicas e culturais, alterações que são influenciadas pelo processo acumulativo de capital e aumento de tecnologia tanto no fator trabalho quanto no capital. A forma mais natural e simples de medir o desenvolvimento econômico de acordo com Bresser-Pereira (2008) seria através da evolução da renda per capita, porém como essa medição apresenta distorções por calcular a média da renda por habitantes e desconsiderar dessa forma os níveis de desigualdade utiliza-se como complemento o

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que relaciona a renda per capita, o nível de alfabetização da população e a sua longevidade (expectativa de vida) com o intuito de encontrar uma medida que expresse o bem-estar da sociedade.

Segundo Bresser-Pereira (2008), o estudo do desenvolvimento econômico é realizado por um ramo da economia chamado teoria econômica do desenvolvimento, que tem suas origens na época do mercantilismo, e só por volta de 1940, devido à crise dos modelos de crescimento neoclássicos, ganha autonomia para buscar entender as características e obstáculos existentes para se alcançar o desenvolvimento econômico. Os modelos de desenvolvimento econômico estudados pela teoria econômica do desenvolvimento, de acordo com Bresser-Pereira (2008), inicia-se com o modelo dos países que fizeram parte da revolução industrial; a partir desse ponto são estudados os modelos de desenvolvimento de países que tiveram uma industrialização tardia mas nunca foram colônias, tais como Alemanha e Japão; após tais países, são estudados os modelos onde o Estado participou de forma massiva no processo de desenvolvimento em países como a Rússia e China; o modelo introduzido em países da América Latina, que consistia na substituição de importações; e o modelo exportador dos países asiáticos.

Porém, a existência de exigências dos economistas neoclássicos de formulações matemáticas, que comprovassem as teorias apresentadas nos modelos de desenvolvimento, resultaram nos modelos de crescimento econômico baseados em funções de produção e de acumulação de capital que explicam como acontece o processo de crescimento econômico. Esses modelos primeiramente consideram o progresso técnico e capital humano como fatores exógenos, e depois introduzem essas variáveis dentro do modelo fazendo com que elas não sejam mais um “maná que caiu do céu” e sim fatores possíveis de alteração.

Logo, para compreender o papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico da economia brasileira é necessário dividi-lo em dois momentos; primeiro analisando os pressupostos deste processo que foi influenciado pela teoria de desenvolvimento econômico da CEPAL; e segundo entender como as políticas governamentais possuem um papel importante na perpetuação do crescimento econômico através da teoria do crescimento endógeno utilizando o Modelo “AK” combinado com o modelo neoclássico.

2.2.1. TEORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CEPAL

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 e faz parte das cinco comissões regionais das Organizações das Nações Unidas (ONU). A CEPAL desde o seu início tinha como intuito auxiliar na criação de estudos e projetos relacionados ao Desenvolvimento Econômico e Social dos países considerados subdesenvolvidos. Apresentava uma abordagem diferente do pensamento econômico ortodoxo em relação aos motivos pelos quais os países periféricos apresentavam um subdesenvolvimento e de como eles poderiam sair dessa situação. Devido a isso, criou-se a Teoria de Desenvolvimento Econômico da CEPAL, cujos principais pressupostos serão discutidos a seguir.

Para os Cepalinos, o subdesenvolvimento econômico se caracteriza pela diferença de tecnologia empregada nos meios produtivos, ou seja, economias que apresentam em seus sistemas produtivos setores mais avançados tecnologicamente do que outros. (SILVA FILHO, 1997, p. 437). Além disso, países que tinham a sua atividade econômica principal ligada diretamente ao setor primário não possuíam autonomia e nem incentivo para criar novas formas de produção devido tanto à natureza da sua atividade quanto a impossibilidade de gerar mais renda, visto que os preços dos produtos primários em relação aos produtos manufaturados tendem a cair por possuírem uma baixa elasticidade-renda. (SILVA FILHO, 1997, p. 437).

Logo, para realizar o processo de desenvolvimento econômico em países periféricos que apresentam uma estrutura econômica heterogênea, com baixo nível de crescimento e de progresso técnico aliado a um setor exportador-primário que apresentava no decorrer do tempo uma deterioração dos termos de troca, seria necessário desenvolver a industrialização, e de acordo com Silva Filho (1997), para os cepalinos o processo de industrialização seria um caminho para a superação da desigualdade social e do subdesenvolvimento brasileiro.

Os cepalinos apresentam o contexto histórico como fator importante para a determinação do início do processo de industrialização, o que finda por condicionar o desenvolvimento econômico posterior. No caso do Brasil, por exemplo, o desenvolvimento do mercado interno acontece influenciado por fatores externos e internos através da expansão da renda nacional devido a atividade exportadora durante a primeira república, junto com a impossibilidade de importação. Porém, segundo Silva Filho (1997), mesmo com a criação de um mercado interno com capacidade de gerar o seu desenvolvimento endógeno, a industrialização em países periféricos apresentaria características diferentes dos países que iniciaram o seu processo de industrialização durante a Revolução Industrial,

uma vez que países como Inglaterra e França tiveram tempo hábil para desenvolver as estruturas básicas da atividade industrial, sem concorrer com produtos estrangeiros. Enquanto em países periféricos, por iniciarem a sua atividade industrial de forma espontânea, não tiveram tanto tempo para desenvolver a oferta interna devido à concorrência de produtos manufaturados estrangeiros. Além disso, o caráter espontâneo do início da industrialização tardia levou à criação desordenada de estruturas produtivas gerando gargalos estruturais na economia, gargalos estes que mais tarde seriam prejudiciais ao crescimento econômico do país.

Devido às dificuldades existentes para realizar o processo de industrialização, a alternativa menos custosa seria realizá-lo através da substituição de importação, ou seja, barrar a entrada de bens estrangeiros similares ao nacional com o intuito de criar um protecionismo a empresas nascentes. Inicialmente o processo de substituição por importação seria realizado em bens de consumo final, produtos similares nacionais mesmo com uma qualidade inferior eram subsidiados pelo governo nessa primeira fase. A segunda fase se caracteriza por uma mudança de protecionismo devido ao avanço tecnológico do país junto com o aumento do mercado interno, fazendo com que a prioridade fosse proteger não apenas as empresas responsáveis pela produção de bens de consumo, mas também as fabricantes de bens intermediários. O processo de substituição por importação seria, na visão dos cepalinos, concluído quando não houvesse mais necessidade de protecionismo seletivo dos bens de consumo e intermediários.

Para os cepalinos o Estado deveria ser responsável pela implementação de uma nova forma de desenvolvimento econômico, através do planejamento e protecionismo de setores considerados importantes visando modificar as estruturas econômicas com o intuito de remover ou reduzir os gargalos existentes.

2.2.2. CRESCIMENTO ECONÔMICO

De acordo com Silva Filho e Carvalho (2001), os modelos de crescimento neoclássicos apresentam alguns pressupostos básicos tais como: a adoção de uma economia fechada e circulação de uma mercadoria homogênea, caracterizando a estrutura de mercado como concorrencial, uma função de produção que apresenta retornos decrescentes aos seus termos quando isolados e retornos constantes quando ocorre a sua combinação; a consideração exógena tanto do crescimento da população quando do progresso tecnológico; inexistência da importância do capital humano e das políticas governamentais.

Para representar o modelo de crescimento neoclássico será utilizado o Modelo de Solow-Swan que utiliza duas funções básicas a função de produção e a equação de acumulação de capital. Primeiro a função de produção é uma função Cobb-Douglas e relaciona o capital (que são os insumos necessários para a produção), representado pela letra “K” com trabalho que representa os operários e será identificado pela letra “L”. Chegando na equação a seguir:

$Y = F(K, AL) = K^\alpha L^{1-\alpha}$, onde a função de produção apresenta retornos constantes de escala e α é qualquer número entre 0 e 1;

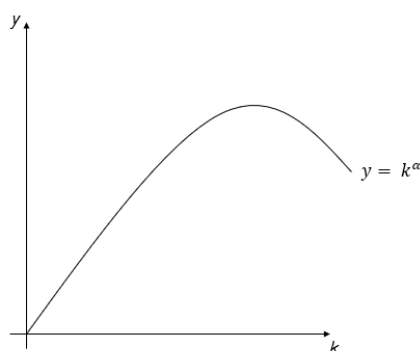
Dada a função de produção e sabendo que as empresas irão pagar aos trabalhadores um salário “w” e ao capital um aluguel “r” por cada unidade de trabalho, e considerando-se que a estrutura de mercado é de concorrência perfeita, as empresas que visam a maximização de lucro precisam decidir como alocar esses recursos. De acordo com Jones (2000), as empresas irão contratar trabalhadores até que o salário deles seja igual a produtividade marginal do trabalho e alugar capital até que o valor do aluguel seja igual a produtividade marginal do capital, ou seja, será empregado insumos até o nível onde o retorno de produtividade deles seja igual ao seu custo de aquisição.

Logo para representar esses retornos de produtividade em termos *per capita* será necessário reescrever a equação em termos de produto por trabalhador:

$$\frac{Y}{L} = \frac{K^\alpha \cdot L^{1-\alpha}}{L} \longrightarrow y = \frac{K^\alpha \cdot L}{L \cdot L^\alpha} \longrightarrow y = \left(\frac{K^\alpha}{L^\alpha}\right) \longrightarrow y = k^\alpha$$

Onde $y=k^\alpha$ é a função de produção em termos per capita, que pode ser representada na Figura 1, evidenciando os retornos decrescentes do capital por trabalhador a cada unidade de capital adicionada.

Figura 1 - Função de Produção per capita do Modelo de Solow



Fonte: JONES (2000)

A segunda equação do Modelo de Solow é a que representa o processo de acumulação de capital. Onde a acumulação de capital é diretamente impactada pelos níveis de investimento em capital e a sua posterior depreciação. Sendo a sua formulação matemática representada a seguir:

$$\dot{K} = sY - dK$$

Onde, de acordo com Jones (2000), “ \dot{K} ” representa a variação de estoque de capital no tempo, “ sY ” é o investimento realizado na economia que está sendo identificado na equação como o nível de poupança da economia onde “ s ” é a taxa de poupança dos trabalhadores e como a economia é fechada (um pressuposto do modelo) considera-se que o investimento é igual a poupança, sendo o último termo “ dK ” a depreciação do estoque de capital durante o seu uso produtivo e “ d ” é a taxa de depreciação do capital. Logo, para entender o processo de acumulação de capital em níveis *per capita* será necessário reescrever toda a equação de acumulação de capital em termos de capital por trabalhador, onde primeiramente será necessário dividir todos os itens da equação pelo fator trabalho “ L ”.

$$\frac{\dot{K}}{L} = \frac{sY - dK}{L} \longrightarrow \frac{\dot{K}}{L} = \frac{sY}{L} - \frac{dK}{L} \longrightarrow \frac{\dot{K}}{L} = s \cdot y - d \cdot k$$

Sabendo-se que Y/L corresponde a “ y ” que significa o produto *per capita* e K/L corresponde a “ k ” que significa o capital *per capita*, torna-se necessário agora descobrir como transformar \dot{K}/L em termos *per capita*, para isso será necessário derivar todo o termo em relação ao tempo, visto que \dot{K} é a variação da acumulação de capital em relação ao tempo e que \dot{k} é a variação do capital *per capita* em relação ao tempo.

$$\frac{\partial k}{\partial t} = \frac{\frac{\partial K}{\partial t} \cdot L - \frac{\partial L}{\partial t} \cdot K}{L^2} \longrightarrow \dot{k} = \frac{\dot{K} \cdot L - \dot{L} \cdot K}{L^2} \longrightarrow \dot{k} = \frac{\dot{K} \cdot L}{L \cdot L} - \frac{\dot{L} \cdot K}{L \cdot L} \longrightarrow \dot{k} = \frac{\dot{K}}{L} - k \cdot \frac{\dot{L}}{L}$$

Sendo \dot{k} a variação do capital *per capita* em relação ao tempo, e \dot{L}/L a variação a taxa de crescimento da força de trabalho que pode ser representada por n . Logo realizando as substituições, temos:

$$\frac{\dot{L}}{L} = n \longrightarrow \dot{k} = \frac{\dot{K}}{L} - k \cdot n \longrightarrow \frac{\dot{K}}{L} = \dot{k} + k \cdot n$$

Dessa forma, ao encontrar os termos *per capita* do termo \dot{K}/L e substituindo-o na equação principal de acumulação de capital *per capita*, temos

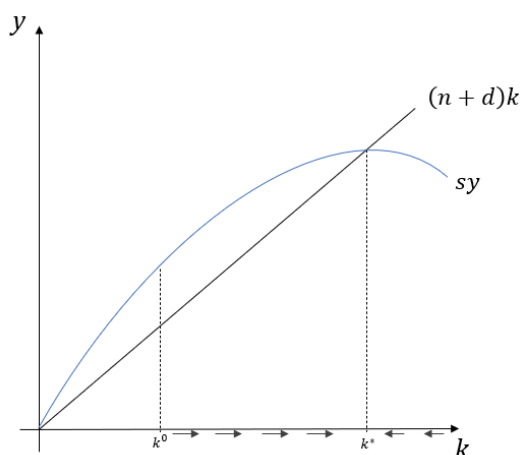
$$\frac{\dot{K}}{L} = s.y - d.k \quad \longrightarrow \quad \dot{k} + k.n = s.y - d.k \quad \longrightarrow \quad \dot{k} = s.y - d.k - k.n$$

$$\dot{k} = s.y - (d + n).k$$

A fórmula acima descreve que a acumulação de capital *per capita* depende positivamente do nível de poupança por trabalhador e negativamente da depreciação do capital junto com a taxa de crescimento populacional. Logo, para manter crescente o nível de acumulação *per capita* é necessário manter o nível de investimento da economia maior do que a taxa de depreciação do capital unida com o nível de crescimento populacional. (JONES, 2000, p. 31.)

Como já foi realizado, a decomposição do capital por trabalhador e do produto por trabalhador, é necessário realizar a relação entre esses dois componentes através do Diagrama de Solow representado na Figura 2.

Figura 2 - Diagrama de Solow



Fonte: JONES (2000)

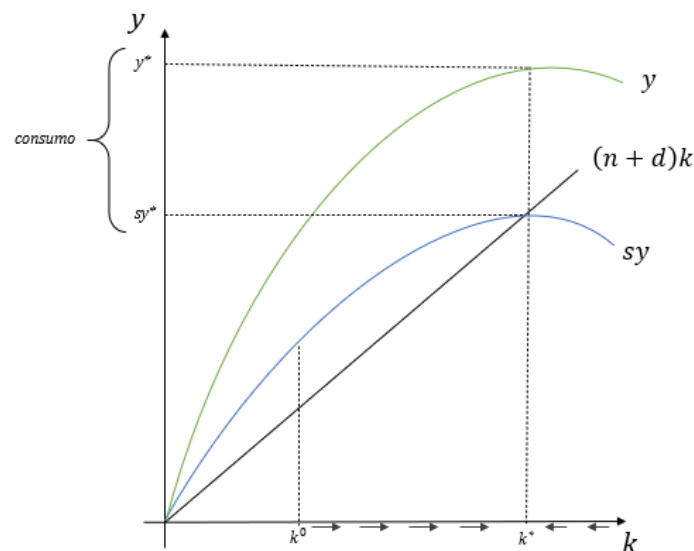
O diagrama de Solow representado acima é formado por duas curvas a primeira sendo a curva sy que representa o nível de investimento *per capita* e a segunda sendo a curva $(n+d)k$ que representa o nível de investimento necessário para manter constante o montante de capital por trabalhador. Quando ocorre um aumento na quantidade de capital por trabalhador diz-se que ocorreu um aprofundamento de capital e quando a mudança do estoque de capital não ocorre, mas a sua

distribuição está sendo maior que zero devido ao crescimento populacional ocorre um alargamento de capital. (JONES, 2000, p. 31).

Sendo assim, em uma economia que se encontra no ponto k_0 , o montante de investimentos *per capita* é superior ao nível necessário de investimento para manter constante o montante de capital por trabalhador ocasionando dessa forma um aprofundamento do capital, ou seja, aumentando o nível de capital por trabalhador até chegar em um ponto onde as duas curvas se cruzam em que $sy=(n+d)k$ não ocorrendo mais acumulação de capital, ou seja, a variação de capital *per capita* no tempo é igual a 0 ($\dot{k}=0$) sendo o k^* o estado estacionário da economia onde o montante de capital se encontra constante.

Ainda observando o diagrama de Solow é possível perceber que as economias sempre tendem para o estado estacionário, pois se uma economia ultrapassar o nível de estado estacionário ela tenderá a voltar devido ao baixo nível de investimentos necessários em relação à depreciação e taxa de crescimento populacional para manter pelo menos constante o estoque de capital *per capita*. Além disso, é possível introduzir a função de produção *per capita* no gráfico de Solow e definir o nível de produção *per capita* no estado estacionário e a diferença entre o nível de investimento sy com o nível de produção se configura no nível de consumo *per capita* da economia como observado na Figura 3.

Figura 3 - Diagrama de Solow com representação da função de produção

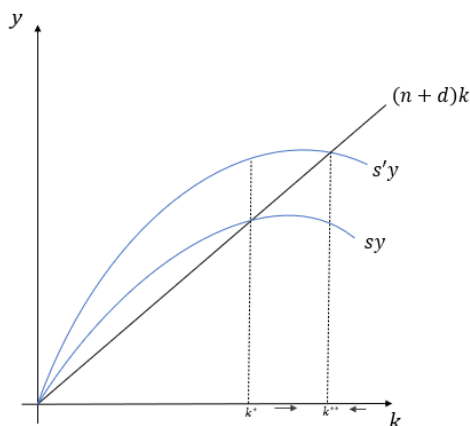


Fonte: JONES (2000)

Como o crescimento econômico se configura na elevação da renda *per capita* da economia, utiliza-se o gráfico de Solow para saber como a renda *per capita* se comporta quando ocorrem

alterações ou na taxa de investimento “ s ” ou na taxa de crescimento populacional “ n ”. Primeiramente um aumento na taxa de investimento leva a um deslocamento da curva sy para uma nova curva chamada $s'y$ onde inicia-se novamente o processo de aprofundamento de capital até chegar a um novo estado estacionário, acarretando um nível superior de renda, tornando a economia mais rica do que antes, conforme a Figura 4.

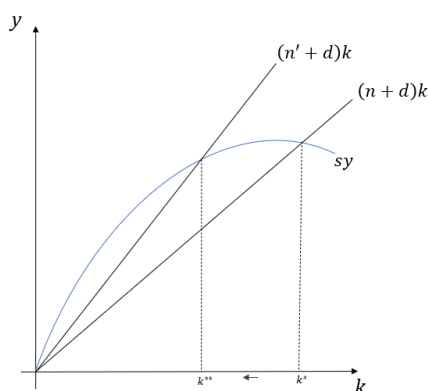
Figura 4 - Diagrama de Solow com aumento na taxa de investimento



Fonte: JONES (2000)

O segundo “choque” na economia é a elevação da taxa de crescimento populacional onde essa nova taxa é representada por n' , e considerando as demais variáveis constantes ocorre um alargamento do capital, deslocando a curva do montante necessário para manter constante o estoque de capital *per capita* para a esquerda representando uma diminuição no quantum de capital por trabalhador e chegando em um novo estado estacionário inferior ao nível anterior, fazendo com que a renda *per capita* da economia seja reduzida, conforme a Figura 5.

Figura 5 - Diagrama de Solow com aumento na taxa de crescimento populacional



Fonte: JONES (2000)

Agora, para representar matematicamente a quantidade de capital por trabalhador e produto por trabalhador no estado estacionário é necessário reorganizar as equações.

Para o capital *per capita* é necessário realizar as substituições na equação de acumulação de capital *per capita* e considerar toda a equação igual a 0, pois no estado estacionário não existe variação do capital *per capita*.

$$\dot{k} = s \cdot y - (d + n) \cdot k \quad \rightarrow \quad \dot{k} = s \cdot k^\alpha - (d + n) \cdot k \quad \rightarrow \quad 0 = s \cdot k^\alpha - (d + n) \cdot k \quad \rightarrow \quad s \cdot k^\alpha = (d + n) \cdot k$$

Sabendo que $y = k^\alpha$ Sabendo que $\dot{k} = 0$

Após as substituições e isolando o termo “k”:

$$\frac{s \cdot k^\alpha}{(d + n)} = k \quad \rightarrow \quad \frac{s}{(d + n)} = \frac{k}{k^\alpha} \quad \rightarrow \quad \frac{s}{(d + n)} = (k)^{1-\alpha} \quad \rightarrow \quad \left(\frac{s}{(d + n)} \right)^{\frac{1}{1-\alpha}} = (k^{1-\alpha})^{\frac{1}{1-\alpha}}$$

Encontrando dessa forma a quantidade de capital por trabalhador no estado estacionário:

$$k^* = \left(\frac{s}{(d + n)} \right)^{\frac{1}{1-\alpha}}$$

Para encontrar a quantidade de produto por trabalhador, basta substituir os termos na função de produção *per capita*.

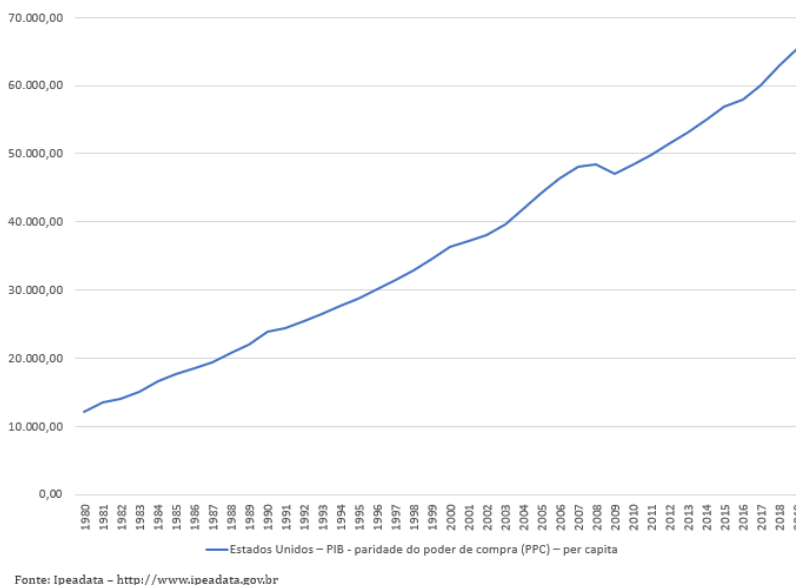
$$y^* = k^\alpha \quad \rightarrow \quad y^* = \left(\frac{s}{(d + n)} \right)^{\frac{\alpha}{1-\alpha}}$$

Diante do exposto, no modelo de Solow as economias que apresentam uma maior taxa de investimento como visto no diagrama de Solow e representado pelas equações de produto *per capita* e capital *per capita* no estado estacionário, apresentam um maior nível riqueza pois os investimentos impactam positivamente tanto na acumulação de capital quanto no PIB *per capita*. Porém economias que apresentam uma maior taxa de crescimento populacional devido ao alargamento do capital apresentam tanto uma menor acumulação de capital quanto um menor PIB *per capita*.

De acordo com Jones (2000), o crescimento econômico *per capita* não ocorre, pois o PIB no estado estacionário cresce proporcionalmente à taxa de crescimento populacional. Além disso, nesse modelo o crescimento não é algo sustentado, pois a economia tende ao estado estacionário onde quer

que ela inicie o seu processo de acumulação de capital, algo que não representa a realidade pois países desenvolvidos, pois apresentam um crescimento econômico continuado como no caso dos Estados Unidos explicitado na Figura 6.

Figura 6 - PIB *per capita* dos Estados Unidos



Observando essa inconsistência com a realidade, foi introduzido no modelo de Solow o progresso tecnológico que de acordo com Jones (2000), serve como um fator aumentador de trabalho, ou seja, níveis tecnológicos maiores levam a uma maior produtividade. A tecnologia na função de produção é representada por “A” e considerada um fator exógeno, onde as ações dos agentes econômicos não impactam na elevação do nível de tecnologia. A função de produção do Modelo de Solow com tecnologia é dada a seguir:

$$Y = F(K, L) = K^\alpha (AL)^{1-\alpha}$$

Ao descrever o Modelo de Solow-Swan fica nítido o papel da tecnologia e da propensão a poupar, onde de acordo com Jones (2000) a tecnologia serve para atenuar a tendência decrescente do produto marginal do capital no longo prazo e que, segundo Silva Filho e Carvalho (2001), é o único fator do modelo que impacta no crescimento econômico per capita. Diante disso percebe-se que a introdução tecnológica não elimina os retornos decrescentes do capital e que essa característica impede que ocorra um crescimento econômico *per capita* de forma continuada. Logo, a forma encontrada para contornar essa tendência seria não deixar que o nível de investimento na economia fosse igual ao montante necessário que mantém o estoque de capital *per capita* constante, realizando uma elevação continuada no nível de investimento da economia.

Diante do exposto, e entendendo a importância da taxa de investimento no crescimento econômico, torna-se necessário introduzir um modelo de crescimento endógeno que leva em consideração fatores endógenos que impactam no retorno decrescente do capital *per capita*. De acordo com Silva Filho e Carvalho (2001), o crescimento endógeno pode ser definido como uma mudança no nível de crescimento da economia através da combinação de fatores internos que podem ser controlados tanto pelo mercado quanto pelo governo através de políticas governamentais desenvolvimentistas. Isso retira a exclusividade das causas do crescimento aos fatores externos para o crescimento econômico, facultando às políticas governamentais um papel mais relevante na determinação no processo de crescimento econômico de longo prazo.

Para que o crescimento endógeno se caracterize no longo prazo é necessário que ocorra a redução da tendência de queda dos retornos decrescentes do capital em termos *per capita*, ou seja, manter pelo menos constante a produtividade de cada unidade de capital *per capita* inserida na economia, que de acordo com Silva Filho e Carvalho (2001), poderiam ser realizados através de três fatores: inovação tecnológica endógena, capital humano e arranjos institucionais. Primeiro, a inovação tecnológica endógena ocorre, pois, ao acumular capital as empresas também produzem conhecimento sobre aquilo que elas estão produzindo e que, com o decorrer do tempo, elas irão procurar formas melhores e lucrativas de realizar esta operação, o que tende a reduzir o custo médio das unidades produzidas, incrementando a lucratividade empresarial. Segundo, o incentivo à difusão de trabalhadores mais qualificados, ou seja, na geração de capital humano, acarreta renovação de um fator de produção que está diretamente ligado à criação de tecnologia, logo, quanto mais capacitação o trabalhador obtiver mais ganhos de produtividade terá a economia. E por último, os arranjos institucionais se configuram como a capacidade do Estado de criar políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

Para melhor entendimento de como o crescimento de longo prazo pode ser alcançado através da redução dos retornos decrescentes de capital, considera-se um modelo simples de crescimento endógeno, Modelo “AK”, que apresenta a sua função de produção que possui retornos constantes como sendo:

$$Y = AK$$

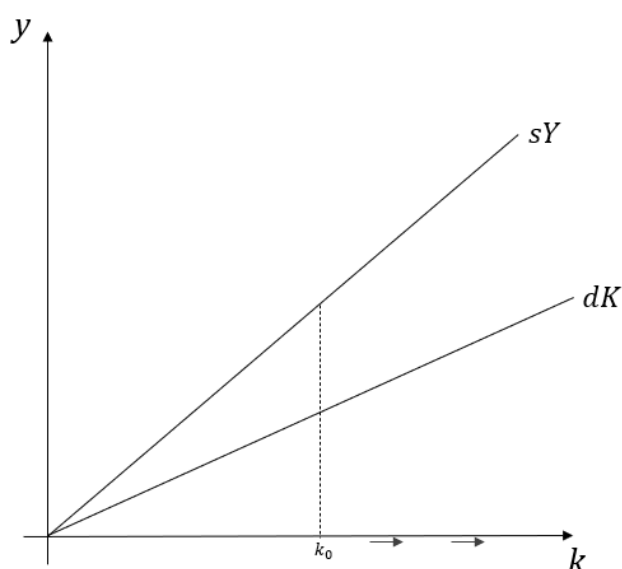
Onde, “Y” seria o nível de produto ou renda; “A” seria uma constante positiva representando o nível de tecnologia e “K” o capital empregado. Para dar prosseguimento a análise tem que, com o passar do tempo as economias acumulam capital e esse capital impacta no nível de renda e crescimento gerado, matematicamente a sua expressão:

$$\dot{K} = sY - dK$$

Onde, “s” seria a propensão dos agentes econômicos a poupar, e considerando que a poupança é equivalente ao investimento, “s” a taxa de investimento da economia, que impacta positivamente na acumulação de capital; “d” a taxa de depreciação do capital, que impacta negativamente na acumulação de capital; e \dot{K} a taxa de crescimento de acumulação de capital.

Para realizar a análise do Modelo AK, é necessário utilizar o Diagrama de Solow para relacionar as funções de produção e acumulação de capital, conforme Figura 7.

Figura 7 - Diagrama de Solow para análise do Modelo AK



Fonte: JONES (2000)

Onde de acordo com Jones (2000), a linha “ dK ” representa os recursos necessários para repor a depreciação do estoque de capital. A curva “ sY ” representa o investimento em função do capital sendo de caráter linear por não apresentar retornos decrescentes e sim retornos constantes ao capital. De acordo com o diagrama, qualquer ponto após a origem e, como enfatizado no gráfico acima, a partir de k_0 representa um aumento no estoque de capital, e como o nível de renda está diretamente ligado com está variável o crescimento se mantém, ou seja, a taxa de crescimento econômico é influenciada diretamente pela taxa de investimentos na economia. Sendo assim a criação de políticas públicas voltadas para o aumento das taxas de investimentos na economia, por exemplo, através de um melhor ambiente para os negócios ou através de uma maior disponibilização de bens públicos, poderia estar na base para um país aumentar as suas taxas de crescimento.

Diante do exposto, o crescimento econômico observado no Brasil no Século XX, durante a intensificação da industrialização brasileira, encontra respaldo teórico na combinação do Modelo de Solow-Swan com o Modelo AK, onde o último serve para contornar através de fatores endógenos como políticas públicas; capital humano e produção de tecnologia de forma intencional os retornos decrescentes do capital em relação ao capital que impediam um crescimento econômico *per capita* continuado.

3. METODOLOGIA

Para Gil (2002, p.44), a pesquisa é um processo que tem como intuito descobrir soluções para problemas existentes utilizando métodos científicos, ou seja, através de um conjunto de etapas é possível alcançar respostas para a problemática existente.

O presente estudo configura-se por ser uma pesquisa bibliográfica, onde se é utilizado como base livros (físicos e digitais) e artigos científicos encontrados em sua maioria no *Google Academics*¹. A pesquisa bibliográfica serviu como base tanto para remontar o contexto histórico econômico do Brasil no século XX, entre os anos de 1946 e 1985, enfatizando as ações e políticas realizadas pelo Estado que direta ou indiretamente influenciaram positivamente no desenvolvimento econômico do país. quanto para embasar as teorias econômicas utilizadas para explicar o Desenvolvimento e o Crescimento Econômico que ocorreu no Brasil durante o seu processo de intensificação da industrialização financiado pelo Estado.

Além disso, o estudo também utiliza a pesquisa documental ao introduzir dados censitários coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística² (IBGE) que é responsável por coletar dados e informações do país. Foram coletados dados censitários sobre educação, economia e infraestrutura e dados da série histórica do IBGE que consiste em uma base de dados com séries longas, período maior de 20 anos, selecionados dados econômicos e da indústria durante o período de 1950 à 1988. Segundo Gil (2002, p. 96), as séries históricas são de suma importância para a pesquisa econômica pois possibilita o entendimento das questões econômicas e sociais levando em consideração o contexto histórico.

¹ Ver <https://scholar.google.com.br>

² Ver <https://www.ibge.gov.br/>

Ainda relacionado a pesquisa documental, também foram utilizados dados coletados e agrupados pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA)³ que divide os dados em macroeconômicos que refletem a situação econômica e financeira do Brasil, em regional que apresenta dados econômicos, demográficos e geográficos subdivididos em regiões e unidades federativas, e em dados sociais que agrupam informações sobre renda, desigualdade, saúde e assistência governamental.

Necessariamente, no que pese a pesquisa não ser de base quantitativa, buscar-se-á identificar características econômicas em seus respectivos contextos, junto com as políticas governamentais, tentando-se vislumbrar a natureza positiva da intervenção governamental. Assim baseando-se nas literaturas sobre o assunto, em particular, foi utilizado modelos de desenvolvimento econômico como base teórica para encontrarmos as características que indicam o desenvolvimento Cepalino e da Teoria do Crescimento Econômico, como base teórica, se inferir sobre as relações entre o desenvolvimento econômico ocorrido na época e sua “conexão” com as ações diretas do Estado.

³ Ver <http://www.ipeadata.gov.br>

4. RESULTADOS OBTIDOS

4.1. INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil, desde a sua colonização até o início da sua atividade industrial, tinha as suas principais atividades econômicas voltadas para a demanda estrangeira. A atividade “exportadora” brasileira inicia-se com o pau-brasil, árvore de grande abundância no litoral brasileiro ganhando espaço no velho continente devido à extração do seu corante para tecidos e a utilização de sua madeira adequada para construção de barcos. Com a diminuição do pau-brasil na costa brasileira, devido ao seu alto nível de desmatamento, e observando a necessidade de proteger a terra conquistada dos corsários, optou-se por realizar outro tipo de atividade econômica que atraísse o interesse de quem seria incumbido à responsabilidade de cuidar do local e simultaneamente que fosse benéfica à metrópole, no caso, o Reino de Portugal.

Inicia-se dessa forma as plantations, grandes fazendas com um único tipo de produto voltado à exportação, utilizando mão-de-obra escrava. As primeiras plantations foram utilizadas no ciclo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVI e XVIII, que após grande hegemonia no mercado internacional, perde o seu posto para os Holandeses, devido à sua má qualidade e baixa tecnologia, visto que os métodos de fabricação utilizados não evoluíam com o tempo. Com a descoberta de jazidas auríferas, no início do século XVIII, em solo brasileiro, o interesse da metrópole é voltado para a sua extração, regulamentação e exportação em forma de imposto conhecido como “o quinto”, iniciando, desta forma, o ciclo econômico do ouro. Paralelo aos demais ciclos também se torna notável a exportação de produtos advindos de atividades extrativistas, como a extração da borracha, que segundo Carvalho (2017), esta atividade apresenta forte relação com a aceleração do processo urbano das principais capitais da região amazônica.

Por volta de 1800, inicia-se outra atividade agroexportadora, o café, que passa a ser a principal *commodity* do setor agrícola utilizando-se inicialmente do modelo de *plantation*, e após a abolição da escravatura, começa a utilizar nas suas plantações mão-de-obra estrangeira, atraída para o país. Por ser o último ciclo principal agroexportador do Brasil, o café possui grande relação com a intensificação do processo industrial tanto no seu auge quanto em sua depressão.

O início da industrialização brasileira ocorre na segunda metade do século XIX. Primeiramente para suprir as necessidades do setor agroexportador com a difusão de indústrias têxteis; e, posteriormente, para sanar as necessidades do mercado interno. Esse processo de

industrialização apresenta duas teorias explicativas, a primeira sendo a *teoria de choques adversos* e a segunda a *teoria da base exportadora*, em que a atividade exportada é considerada um fator indutor da industrialização brasileira.

A teoria dos choques adversos defende que tanto a crise do setor exportador, causado por sua superprodução, quanto fatores externos, que diminuem a demanda de produto e dificultam o processo de importação de manufaturados, impactaram positivamente na difusão de atividades industriais no país, que buscava desta forma suprir a demanda interna.

Observa-se que no período da primeira guerra mundial (1914-1918) quando era impraticável importar produtos manufaturados, o número de estabelecimentos industriais apresentou uma elevação entre os anos de 1900 e 1914 quase onze vezes ao encontrado no fim do século XIX. (SZMRECSÁNYI, 2002, p. 198). Porém, a teoria de choques adversos recebeu algumas críticas. Primeiro, se existia a impossibilidade de importar produtos industrializados também deveria ser verdade que haveria dificuldades para trazer para o Brasil tecnologia e matéria prima para produzir esses bens, refutando-se dessa forma o nível de crescimento industrial da época. Segundo outra crítica recorrente, relacionava-se ao fato de que, naqueles momentos de crise do setor cafeeiro, a renda nacional sofria um impacto negativo, diminuindo desta forma a demanda por bens e serviços.

No entanto, pelo fato de o governo ser formado em sua maioria por uma aristocracia rural, ocorria uma socialização das perdas através de mecanismos de defesas da cafeicultura, visando a manutenção da renda nacional. Logo, mantendo a renda nacional estável através de incentivos públicos conservando a demanda interna atuante; ademais, essa tende a aumentar com a chegada dos imigrantes, que vieram compor a força de trabalho perdida nos cafezais devido a abolição da escravatura em 1888.

A ideia da exportação como indutor da industrialização brasileira ocorre devido ao fato de que a expansão da cafeicultura gera tanto a manutenção da renda nacional, impactando na demanda interna por bens de consumo, quanto pelo resultado de lucros excessivos que são investidos novamente na atividade agrícola ou em outros tipos de atividades econômicas. Mesmo não apresentando uma teoria vencedora, pode-se entender que as duas teorias se formam em ciclos diferentes da atividade exportadora brasileira. Logo, tanto no seu auge quanto em seu declínio a atividade exportadora diretamente e indiretamente influenciou de forma positiva na implantação da atividade industrial no Brasil.

Para realizar uma apresentação das ações do estado na economia através do processo de intensificação da industrialização, foi necessário dividir os períodos desde o governo de Eurico Gaspar Dutra até o fim do Regime Militar. Esse período foi escolhido, pois compreende os planos de desenvolvimento econômico do país, desde o Plano Salte até o II PND⁴.

4.1.1. GOVERNO DUTRA (1946 – 1950)

A política econômica do Governo Dutra pode ser dividida em duas fases. Primeiro, uma fase influenciada pela “ilusão” de divisas que consistia, segundo Giambiagi (2006), no falso conhecimento das reservas internacionais brasileiras que possuíam metade em ouro, US\$ 235 milhões em libras esterlinas, que se encontravam bloqueadas, sobrando apenas US\$92 milhões para serem utilizadas de fato, e além disso, pela esperança de investimentos estrangeiros devido a uma política liberal apresentada pelos princípios do acordo de Bretton Woods (GIAMBIAGI, p. 23. 2005). A segunda fase se configura pela inobservância de todas essas apostas, sendo o Estado responsável por desenvolver políticas monetárias contractionistas para combater a inflação, mas também planejar políticas cambiais para manter em equilíbrio a balança de pagamentos.

Devido ao fato de a inflação não ser o único problema econômico a ser combatido como foi previsto no início do governo, tornou-se necessário criar políticas voltadas para o setor externo. Devido à escassez de divisas, o mais indicado seria desvalorizar a moeda, algo que não foi realizado segundo Giambiagi (2005) por 2 fatores, primeiro porque que a desvalorização da moeda causaria uma oferta maior de café, porém isso não se caracteriza em um aumento de volume de divisas devido ao caráter inelástico em relação ao preço do café, ou seja, uma maior oferta levaria uma redução do preço, porém não levaria a um aumento das vendas na mesma proporção. O segundo fator seria o aumento da inflação causado pela redução de produtos importados, levando o mercado interno a demandar produtos de uma indústria iniciante.

Logo, com a opção de desvalorização da moeda descartada o governo optou por criar controles cambiais e de importação, onde para realizar as importações seria necessário obter licenças de importação obedecendo um grau de prioridade estabelecido pelo governo. Esse sistema de controle de importações, que visava de certa forma desenvolver um equilíbrio na balança de pagamentos,

⁴ Plano SALTE e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foram planos econômicos lançados respectivamente no Governo Dutra e no Regime Militar.

ajudou no desenvolvimento do setor industrial, sendo utilizado para "barrar" a entrada de produtos estrangeiros que fossem similares ao que estava sendo produzido internamente. Segundo Giambiagi (2005), essa política gerou 2 efeitos na economia, primeiro um efeito subsídio causado pela redução dos preços relativos de insumos necessários para o processo industrial, segundo um efeito protecionista apoiado na ideia de defesa da indústria nascente. A combinação desses fatores junto com a disponibilização de crédito realizado pelo Banco do Brasil fez com que a produção da indústria de transformação crescesse 42% entre os anos de 1946 e 1950. Sendo boa parte desse crescimento ocasionado pelos controles realizados para a política externa e não pela intervenção planejada do governo através do Plano Salte.

4.1.2. GOVERNO VARGAS (1951 – 1955)

Getúlio Vargas volta a presidência no ano de 1955, apoiado em uma campanha de defesa da classe trabalhista e incentivo ao processo de industrialização. Para realizar esses feitos seria necessário equilibrar as contas públicas, conter o processo inflacionário e obter recursos para investir em obras de infraestrutura primordiais para superar os gargalos estruturais existentes na economia brasileira.

No tocante aos projetos de investimentos visando o aumento do crescimento econômico do país, o Governo até o ano de 1952 vinha trabalhando junto à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos desenvolvendo projetos que seriam financiados por Instituições Financeiras Estrangeiras. Porém devido a consistência do déficit público, os atrasos no pagamento de seus empréstimos devido ao desequilíbrio na balança comercial e uma mudança na política exterior dos Estados Unidos, os financiamentos acabaram e o Governo precisou criar outra forma de financiar o seu desenvolvimento industrial através da expansão dos gastos públicos e do controle seletivo de importações. (GIAMBIAGI, 2005, p. 29)

A expansão dos gastos públicos direcionados para a criação de infraestrutura básica tinha como principal objetivo produzir os insumos necessários para a industrialização nacional, sendo nessa época criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), no qual inicialmente seria responsável pela administração dos recursos estrangeiros obtidos para a execução dos projetos da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), responsável pelo financiamento de projetos produtivos, especialmente, industrial na região Nordeste

do país⁵. Além disso, a criação da Petrobrás em 1953, correspondeu tanto à necessidade de se ter um abastecimento interno não dependendo de flutuações produtivas no exterior, quanto aos anseios nacionalistas que defendiam que a extração de jazidas de petróleo em solo brasileiro não deveria ser realizada por empresas estrangeiras (GIAMBIAGI, 2005, p.31).

Porém, apenas os investimentos públicos não seriam suficientes para realizar o processo de intensificação da industrialização, sendo primordial a importação de bens de capital para prosseguimento da fabricação de bens de consumo. Para realizar essa atividade sem comprometer o setor de exportação visando gerar um equilíbrio ou superavit na balança comercial, inicialmente optou-se pela emissão de licenças de importação e depois na instauração da Instrução 70 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC) que operava através de taxas múltiplas de câmbio, dividindo as importações em grupos de prioridade. Dessa forma o governo conseguiria manter uma política protecionista para setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico. (GIAMBIAGI, 2005, p. 34).

4.1.3. GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956 – 1961)

“50 Anos em 5” foi o *Slogan* do Governo de Juscelino Kubitschek, 21º Presidente do Brasil, que administrou o país entre 1955 e 1960. Considerado herdeiro das ideias desenvolvimentistas de Getúlio Vargas, Juscelino em sua gestão prioriza o desenvolvimento econômico, visando modificar as estruturas produtivas da economia em detrimento da precarização dos índices macroeconômicos. O Brasil em 1955 passava por um processo de transição econômica causado pelo avanço da atividade industrial que estava sendo intensificada pelo processo de substituição de importação, que unido com a diminuição do volume de exportações, fazia com que os fatores endógenos fossem decisivos do que acontecimentos externos. Gerando assim um maior interesse governamental e privado para a criação e expansão de uma infraestrutura capaz de impulsionar o crescimento econômico do país.

Para então realizar o desenvolvimento do país, Juscelino cria um conselho de desenvolvimento ligado diretamente ao gabinete da presidência, tendo este conselho o objetivo de identificar setores da economia que impactariam positivamente no crescimento econômico do país caso fossem estimulados. O Conselho ao realizar as suas análises também leva em consideração estudos realizados

⁵ Vide: <https://www.bnb.gov.br/historico>

por comissões e conselhos anteriores, tais como Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU), que em síntese defendiam que o Brasil possuía gargalos estruturais que impediam o pleno funcionamento e crescimento da sua economia. Após as análises o conselho de desenvolvimento elabora 30 metas específicas divididas em 5 setores (energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação), denominado Plano de Metas. Além das 30 metas, Juscelino definiu como a 31ª meta a construção de Brasília, que seria a nova capital do Governo Federal. Como o foco do plano era realizar o desenvolvimento econômico, a divisão do orçamento destinado à sua execução, que no caso foi previsto ser 5% do PIB, não foi realizada de forma igualitária. Os setores de energia e transporte ficaram com 71,3% de recursos, sendo em sua maioria de recursos públicos. A indústria de base ficou com 22,3% e o setor de educação e alimentação ficaram juntas com 6,4% (GIAMBIAGI, 2005, p. 55). Para realizar o plano de metas no tocante à industrialização o governo JK utilizou o modelo industrialização por substituição de importação que já era utilizado no governo Vargas, mas não de forma coordenada. Além disso como forma de financiamento direto utilizou a Instrução 113 da SUMOC para incentivar a importação de bens de capital.

Em 1955, Eugênio Gudin, então Ministro da Fazenda do Governo Café Filho implementa a Instrução 113 da SUMOC, visando estimular o processo de importação de máquinas e equipamentos industriais com o intuito de expandir a fabricação interna de bens intermediários. A instrução 113 consistia em autorizar as empresas estrangeiras a realizar a importação de bens de capital sem cobertura cambial, essa instrução também previa que as indústrias nacionais também poderiam se beneficiar da importação sem cobertura cambial, porém para elas seria necessário obter um financiamento em curto prazo no exterior, algo que era difícil tanto pelo caráter incipiente da indústria brasileira quanto pela crônica ausência de divisas. Devido à dificuldade apresentada pela indústria nacional ao realizar a importação de bens de capital, a instrução 113 passa a sofrer críticas, pois tratava de forma desigual o empresariado nacional e o empresariado estrangeiro. Mesmo assim a instrução 113 seguiu pelo governo de JK permitindo o crescimento de setores industriais considerados importantes para o andamento do Plano de Metas. (GIAMBIAGI, 2005, p.52).

Observando que o modelo de industrialização por substituição de importação estava de fato impulsionando o crescimento do setor industrial no tocante a bens de consumo, o governo começa a utilizá-lo como uma ferramenta de dinamização de industrialização brasileira, sendo necessário para isso realizar políticas protecionistas em setores industriais escolhidos como cruciais para o desenvolvimento econômico nacional. Com o amadurecimento do setor industrial observa-se que

ocorre uma mudança na cesta de bens que são realizadas pelo processo de substituição por importação. Se inicialmente o foco de protecionismo era em bens de consumo, visando sanar as demandas internas por bens não duráveis, com a diversificação de produtos surge a necessidade de aumentar nacionalmente a criação de bens intermediários e incentivar a Formação Bruta de Capital. A tabela 1 abaixo evidencia a modificação da participação dos bens no valor adicionado do setor industrial, onde a participação dos bens de capital dobra em um intervalo de dez anos.

Tabela 1 - Valor adicionado industrial em 1952 e 1961

SUBSETOR	PARTICIPAÇÃO EM 1952 (%)	PARTICIPAÇÃO EM 1961 (%)	TX DE CRESCIMENTO ANUAL (1952 – 1961) - %
NÃO DURÁVEIS	55,4	40	7,7
DURÁVEIS	6	12	18,2
INTERMEDIÁRIOS	32,5	35,7	12,8
CAPITAL	6,1	12,3	20,3
TOTAL	100	100	11,6

Fonte: Giambiagi (2005), p 51.

4.1.4. GOVERNO JANIO QUADROS / JOAO GOULART (1962 – 1964)

Se Jânio Quadros por um lado herda de JK uma economia com um maior nível de dinamicidade e em crescimento, por outro, também herda problemas macroeconômicos como uma inflação de 30,5% no ano de 1960, um déficit governamental ocasionado em grande parte pelo financiamento do Plano de Metas e uma dívida externa de 3,4 bilhões de dólares. Para tentar resolver esta situação o governo investe em medidas de cunho ortodoxo, realizando políticas contracionistas, desvalorização da moeda e redução dos gastos públicos, ações que eram bem vistas pelos credores internacionais. Porém, devido à ausência de base parlamentar, algo necessário para implementar as políticas traçadas, Jânio Quadros renuncia o seu cargo de Presidente da República, onde teoricamente pela constituição seria ocupado pelo Vice-Presidente João Goulart, mas que devido ao seu posicionamento ideológico político foi impedido de assumir imediatamente por forças opositoras. Devido a esse impasse, foi criada uma situação conciliatória tornando o sistema presidencialista para parlamentarista, algo que durou até 1963, tendo o seu sistema presidencialista voltado devido a um plebiscito.

Devido à queda de crescimento na economia ocasionado tanto por características econômicas quanto políticas, foi lançado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico liderado por Celso Furtado. O plano no que tange ao desenvolvimento econômico possuía fortes influências Cepalinas,

onde o desenvolvimento seria alcançado pela intensificação do processo de industrialização através do processo de substituição de importação.

Porém, a impossibilidade de renegociação da dívida externa e a indisponibilidade de capital estrangeiro, dois fatos influenciados pela política externa do Brasil que se considerava, desde de Jânio Quadros, independente, somado às dificuldades de implementação de políticas restritivas, João Goulart promove uma reforma ministerial e realiza ações que levam a um descontrole das contas públicas, impactando de forma negativa em uma economia que se encontrava desacelerada. Com uma crise econômica sendo construída e uma crise política radicalizada, ocorre em 1964 um golpe militar apoiado por setores conservadores do espectro brasileiro.

4.1.5. REGIME MILITAR (1964 – 1985)

A economia herdada pelo Regime Militar, apresentava diversas dificuldades tanto no seu mercado interno, quanto na sua balança de pagamentos. Primeiro, ocorreu uma queda considerável da atividade econômica dentro do período que corresponde ao governo de Jânio / Goulart provocada pela instabilidade política da época, fazendo com que o governo não apresentasse condições de implementar as políticas desenvolvidas. Segundo, além das políticas realizadas para o combate à inflação não apresentarem os resultados desejados, observou-se no fim do governo de João Goulart, ações populistas tais como aumento de 100% do salário mínimo, aumento de 60% do vencimento dos funcionários públicos, onerando o controle da inflação que apresentou uma variação mensal de 1,6% para 4% (GIAMBIAGI, 2005, p. 63). Devido às crises políticas, econômicas e sociais vigentes um golpe militar foi instaurado com pretextos de estabilizar e realizar o crescimento econômico e expulsar a “ameaça comunista” que vinha se infiltrando em setores da sociedade civil e militar.

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para a sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo⁶

Observando o cenário, o governo percebe que para dar continuidade ao crescimento econômico apresentado na época de JK, será necessário um plano de combate à inflação mesclado com reformas estruturais que compreendam o sistema tributário e financeiro. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) tinha como objetivo combater de forma gradual a inflação causada de acordo com

⁶ Ver (GIAMBIAGI, 2005, p. 63)

os formuladores de políticas econômicas do governo, pelos excessivos déficits governamentais. O fator gradual desse combate que estipulava metas decrescentes de inflação para o período 1964-1966 se devia ao fato de o governo acreditar que o combate imediato geraria uma crise de estabilidade, provocando um impacto negativo na atividade econômica minando de certa forma a “justificativa” para a implantação de um governo militar. (GIAMBIAGI, 2005, p.73)

Para modificar as estruturas fiscais e financeiras com o intuito de dinamizar tanto a arrecadação de receita pelo Estado, quanto à captação de investimentos pela iniciativa privada foi necessário realizar reformas tributárias e financeiras. A reforma tributária tinha como objetivo tanto o aumento da arrecadação quanto a simplificação do sistema tributário nacional. O aumento da arrecadação que ocorreu dentro do período 1964-1967 foi ocasionado em sua maioria pelos impostos indiretos que possuíam uma característica regressiva, tendo um efeito mais agressivo sob as classes de baixa renda. A reforma também foi considerada centralizadora, pois retirou dos estados e municípios a liberdade de legislar sobre a matéria. A reforma financeira visava modificar o Sistema Financeiro Brasileiro, com o intuito de criar fontes alternativas de financiamento para o setor industrial, que até ali tinha como principal financiador o Estado que agia tanto diretamente em investimentos de longo prazo quanto por meio de disponibilização de crédito através do BNDE.

No período entre 1968-1973 o PIB cresceu em média 11% ao ano liderada pela expansão do setor industrial. Esse crescimento econômico foi acompanhado tanto por uma queda da inflação quanto por um equilíbrio do balanço de pagamentos caracterizando o período como “O Milagre Econômico”.

Em 1968, o governo lança o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que ratificava a responsabilidade do governo em relação à implementação e a consolidação das infraestruturas básicas. Além disso, o plano apostava na ampliação do mercado doméstico visando a intensificação do consumo de bens produzidos nacionalmente, e por não possuir uma meta de inflação deixava livre a criação das políticas voltadas ao crescimento econômico que de certa forma seriam encabeçadas em suas ações por empresas estatais por estas terem mais formas de financiamento do que a administração direta. O crescimento da participação das empresas estatais na formação bruta de capital fixo após a implantação do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Composição em % da formação bruta de capital fixo - 1963 a 1973

ANOS	SETOR PRIVADO	SETOR PÚBLICO		
		GOVERNO	ESTATAIS	TOTAL
1963	68,2	21,5	10,3	31,8
1964 – 1967	66,5	27,7	5,8	33,5
1968 – 1973	66,9	22,3	10,8	33,1

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 2 ed. Rev. E atual do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

O contexto econômico no fim de 1973 é caracterizado por uma forte dependência do crescimento econômico com o setor externo devido à expansão das importações e ao aumento da dívida externa. A expansão das importações se configura pela intensificação da atividade industrial que necessita de bens de capital para produzir bens de consumo duráveis. Além disso existia uma dependência externa referente à importação de petróleo, que devido a expansão e dinamicidade da estrutura econômica teve aumento do seu consumo em 22% entre 1967 e 1973.

Devido ao primeiro choque de petróleo ocorrido em 1973 e suas consequências negativas na economia global, o Brasil, que tinha uma relação de dependência do seu crescimento econômico com o setor externo, percebeu que era necessário realizar um ajuste estrutural na economia, lançando em 1974 o II PND visando diminuir a influência do setor externo no crescimento econômico do país, investindo na capacidade produtiva interna priorizando o modelo de substituição por importação.

O II PND consistia em investir recursos públicos e privados em setores que eram considerados importantes para o crescimento econômico, mas que tinham forte dependência externa, ou seja, energia, infraestrutura, bens de produção e exportação. Para captar o montante necessário, pode-se dizer que o governo foi o responsável direto na participação tanto de investimentos privados através da concessão de linha e crédito feita pelo BNDE, quanto nos investimentos públicos através de empréstimos e receita governamental. Os empréstimos externos em sua maioria eram realizados por empresas estatais que tinham o aval do Estado e por isso conseguiam acesso a montantes que não estavam disponíveis a empresas privadas. Este crescimento na capitalização de empresas estatais pode ser observado pela participação do governo na Formação Bruta de Capital Fixo, conforme Tabela 03, onde entre os anos de 1974 e 1978 apresenta o seu maior índice.

Tabela 3 - Composição em % da formação bruta de capital fixo - 1970 a 1984

ANOS	SETOR PRIVADO	SETOR PÚBLICO		
		GOVERNO	ESTATAIS	TOTAL
1970	61,3	23,5	15,1	38,7
1971 – 1973	67,2	19,6	13,2	32,8
1974 – 1978	59,8	16,4	23,8	40,2
1979 – 1980	71,2	10,2	18,5	28,8
1981 – 1983	69,7	10,4	20	30,3
1984	21,9	10,7	16,4	27,1

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 2 ed. Rev. E atual do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

O ano de 1979 foi marcado pelo segundo choque do petróleo, ocasionando mudanças no cenário internacional que impactariam negativamente nas políticas de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. No Brasil, o impacto pode ser observado por um desequilíbrio do balanço de pagamentos, na redução da atração de investimentos estrangeiros, muito causado pela elevação da taxa de juros externa, fazendo com que países com alto risco de investimento fossem preteridos. Além disso internamente a inflação ganhava outro aspecto e começaria a ser chamada de inflação inercial onde o aumento generalizado dos preços era realizado pelos próprios agentes econômicos que visavam tanto a recuperação do poder de compra quanto a antecipação do poder de compra que se espera perder.

Ao decorrer do tempo no que tange a industrialização, as sucessivas política de ajuste externo combinado com as ações do II PND refletem o êxito alcançado em reduzir a dependência de setores importantes para o desenvolvimento econômico, sendo observado na queda das importações de petróleo e bens de capital.

4.2. EFEITOS ECONOMICOS

De acordo com a Tabela 4 a taxa de crescimento do Brasil durante o período estudado apresentou variações que são influenciadas diretamente pelas políticas governamentais de desenvolvimento realizadas na época. Por exemplo, no período de 1956 à 1960, observou-se uma expansão da economia e de suas estruturas devido à realização do Plano de Metas de JK, porém no período seguinte já houve uma redução desse crescimento causado em sua maioria pelos índices macroeconômicos negativos deixados pelo governo anterior. Essa redução do crescimento é continuada até o início do regime militar, onde foram realizadas reformas estruturais na economia visando a captação de recursos tanto privados quanto públicos para investir no desenvolvimento

econômico brasileiro. Após as reformas e não colocando a inflação como uma prioridade governamental, o único objetivo era crescer, algo que foi realizado entre o período de 1968 e 1973, período este conhecido como O Milagre Econômico. Porém a velocidade desse crescimento é descontinuada nos períodos seguintes, tanto pelos choques do petróleo de 1973 e 1979 quanto pela assombrosa dívida que estava sendo financiadora do modelo de desenvolvimento do país.

Tabela 4 - Crescimento do PIB (1946 - 1984)

	MÉDIAS ANUAIS DO PERÍODO							
	1946/50	1951/55	1956/60	1961/63	1964/67	1968/73	1974/80	1981/84
CRESCIMENTO DO PIB % a.a.	8,1%	6,7%	8,1%	5,2%	4,2%	11,1%	7,1%	-0,3%

Fonte: Elaboração própria baseada em Giambiagi (2005)

Como discutido os investimentos realizados no Brasil financiados em sua maioria pelo Estado visavam a alteração da infraestrutura da economia, com o objetivo de reduzir os obstáculos existentes que impediam seu crescimento, na busca de internalizar as cadeias produtivas e fazendo com que o setor industrial fosse o responsável por liderar esse crescimento foram realizadas modificações positivas nos setores de energia, indústria de base, transportes e educação como será explicitado a seguir.

O desenvolvimento do setor energético está correlacionado diretamente com a expansão da atividade econômica. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Brasil possui três das maiores usinas hidrelétricas do mundo, a Itaipu Binacional, Usina de Belo Monte e a usina de Tucuruí que juntas apresentam uma potência em operação de 33.603 MW. Porém a situação energética do Brasil nem sempre foi favorável como se apresenta nos dias de hoje, o setor energético passou por uma expansão durante metade do século XX que está ligada diretamente como planos e políticas de desenvolvimento que estavam sendo executados à época, vide tabela abaixo:

Tabela 5 - Potência instalada das usinas de energia elétrica (1900 - 1985)

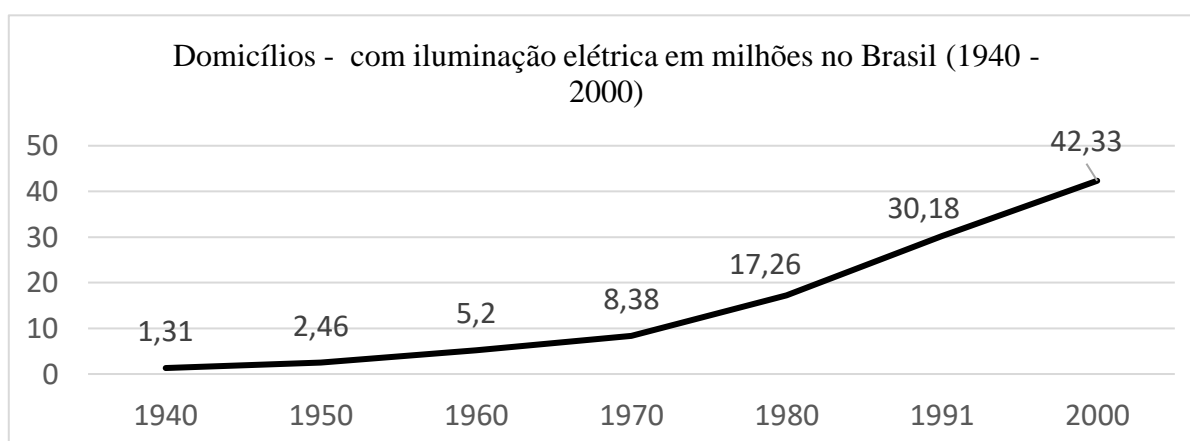
ANOS	POTENCIA INSTALADA (MW)		
	TOTAL	HIDRÁULICA	TÉRMICA
1900	10	5	5
1905	45	38	7
1910	157	124	33
1915	310	259	51
1920	367	301	66

1925	507	417	90
1930	779	630	149
1935	850	677	173
1940	1244	1009	235
1945	1342	1080	262
1950	1883	1536	347
1955	3148	2481	667
1960	4800	3642	1158
1965	7411	5391	2020
1970	11233	8828	2405
1975	19056	16150	2906
1980	31147	27014	4133
1985	45085	38061	7024
1990	55315	50563	4752

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

A Tabela 5 descreve a potência instalada das usinas de energia elétrica entre os anos de 1900 e 1990, fica nítida a elevação do nível de crescimento das potências instaladas a partir da década de 1940 quando o processo de industrialização e de investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura requeriam uma maior capacidade energética. Essa expansão da distribuição de energia elétrica visando primeiramente abastecer os setores da economia acarretariam efeito positivo para a sociedade devido ao aumento de oferta de energia elétrica em diversas localidades, o gráfico 1 por exemplo indica um singular crescimento na distribuição de energia elétrica nos domicílios entre os anos de 1940 e 2000.

Gráfico 1 - Domicílios com iluminação elétrica no Brasil (1940 – 2000)



Fonte: Elaboração própria baseado em IPEADATA

Durante o início do século XX, o Brasil já se encontrava defasado na educação por apresentar índices muito elevados de analfabetismo, vide Tabela 6:

Tabela 6 - Porcentagem da população analfabeta no Brasil (1872 - 1920)

ANOS	POPULAÇÃO ANALFABETA NO BRASIL
1872	84,25%
1890	85,21%
1900	74,79%
1920	75,74%

Fonte: IPEADATA

Como visto na Tabela 6 entre os anos de 1872 e 1920 ocorreu uma redução do nível de analfabetismo da população de 8,5%. Muito dessa defasagem pode ser explicado pela composição da população brasileira que tinha em grande parte um impacto negativo direto do processo de escravidão que ainda se encontrava recente na sociedade, além disso o acesso educacional também era precário devido à dificuldade de acesso e um número baixo de oferta educacional.

Ainda em relação ao nível educacional o Brasil que em 1960 possuía 47,5% da população com mais de 15 anos sem escolaridade, apresentando uma redução deste índice até o ano de 1985 de 21,4%. Essa redução substancial ocorreu em grande parte pela nova estrutura produtiva do país necessitar de uma mão de obra no mínimo alfabetizada. O plano de desenvolvimento do governo de JK, por exemplo, incentivava a difusão da educação técnica visando a criação de capital humano necessário para ser empregado nessas operações. A Tabela 7 consegue demonstrar o avanço da disseminação da educação durante os anos de ênfase no desenvolvimento brasileiro.

Tabela 7- Evolução da composição educacional da população com 15 anos ou mais (1960 - 1985)

ANOS	SEM ESCOLARIDADE (%)	ENSINO FUNDAMENTAL (%)	ENSINO MÉDIO (%)	ENSINO SUPERIOR (%)
1960	47,5	36,4	14,3	1,8
1965	43,2	41,7	13,4	1,7
1970	37,5	47,4	13,5	1,7
1975	26,9	61,6	7,7	3,8
1980	27,5	59	9,3	4,3
1985	26,1	60,1	8,6	5,3

Fonte: Elaboração própria baseada em Giambiagi (2005)

O Brasil por ser um país continental e apresentar estruturas produtivas em quase toda a sua extensão tem no fator distribuição uma grande importância para o escoamento dos seus bens. A comissão responsável pela elaboração do Plano de Metas compreendeu que a logística para uma economia que estava se diversificando e aumentando o seu mercado interno aliado a isto a necessidade de realizar exportações sem grandes prejuízos para tentar manter em equilíbrio a balança de pagamentos através da entrada de divisas, deu grande ênfase para o setor de transportes através de metas que visava a ampliação e criação da maioria dos meios de transporte utilizados no setor produtivo, vide Quadro 01.

Quadro 1 - Metas para o setor de transporte do Plano de Metas de JK

METAS PARA O SETOR DE TRANSPORTE DO PLANO DE METAS DE JK	
SUBSETORES	METAS
FERRÓVIAS	Reaparelhamento das ferrovias, com aquisição de 11.000 vagões, 900 carros de passageiros, 420 locomotivas moderna e 850.000 toneladas de trilhos novos.
	Construção de 2.100 km de novas ferrovias e 280 km de variantes, assim como alargamento de 320 km para bitola de 1,60m.
RODOVIAS	Pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovia, aumentando assim para 5.920 km, em 1960, a rede asfaltada federal, que era de 900 km em 1956.
TRANSPORTE POR VIA MARÍTIMA	Reaparelhamento e ampliação de portos e aquisição de uma frota de drenagem, com o investimento de 30.000.000 de dólares.
	Ampliação da frota de cabotagem e longo curso, que era de 800.000 toneladas em 1956, para 1.100.000 toneladas, e aumento da frota de petroleiros, de 205.000 toneladas, para 585.000 toneladas em 1960.
TRANSPORTE AÉREO	Renovação da frota aérea comercial com financiamento de 125.000.000 de dólares, dos quais 54.000.000 destinados a aparelhos comerciais a jacto e construção e reaparelhamento de aeroportos e estações de passageiros.

Fonte: Elaboração própria baseado no Programa de Metas (1958)

No que tange a rede ferroviária o seu auge de expansão da sua malha foi em 1960 fim do período de JK, conforme Tabela 8, que depois apresentou uma redução da sua malha pois o modelo logístico

que estava sendo empregado na época era a priorização das rodovias devido a entrada de montadoras no parque industrial brasileiro.

Tabela 8 - Extensão da rede ferroviária em tráfego (1900 a 1985)

ANOS	EXTENSAO DA REDE (km)
1900	15316
1905	16871
1910	21236
1915	26647
1920	28535
1925	30732
1930	32478
1935	33331
1940	34252
1950	36681
1955	37092
1960	38287
1965	33864
1970	31848
1975	30809
1980	29659
1985	29777

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 2 ed. Rev. E atual do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Como visto, o processo de industrialização brasileiro foi de grande importância para o seu desenvolvimento. A industrialização por conseguir gerar mais valor adicionado do que o setor primário-exportador gerando mais empregos, e conseqüentemente, renda por possuir uma vasta cadeia produtiva, demandando diversos insumos para a fabricação de bens. Essa atração da indústria tanto por investimentos quanto por mão-de-obra pode ser observada na Tabela 9 que mostra a elevação do número de estabelecimentos industriais no Brasil.

Tabela 9 - Número de Estabelecimentos Industriais, nas datas do censo industrial (1907 – 1985)

INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS									
	1907	1912	1920	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985
INDÚSTRIA GERAL	3 258	9 475	13 336	43 250	86 703	110 771	164 793	187 238	214 158	207 157

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 2 ed. Rev. E atual do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

A Tabela 9 descreve o número de estabelecimentos industriais criados entre os anos de 1907 e 1985, pode ser observado o salto do número de estabelecimentos entre os anos de 1920 (que ainda

possuía o setor primário-exportador como principal setor da economia), e os anos de 1939 onde a indústria já participava de forma ativa na atividade econômica brasileira.

O crescente número de estabelecimentos industriais leva a uma maior necessidade de emprego de mão de obra algo que pode ser constatado na Tabela 10, onde existe um aumento de 4% na mão de obra empregada no setor secundário seguido de uma redução de 7% no setor primário e uma elevação de 2,6% no setor terciário. Isto mostra a necessidade do setor secundário durante o período estudado de absorver mão de obra em suas atividades produtivas.

Tabela 10 - Distribuição da população ativa por setor da atividade (1940 - 1985)

SETORES	ANOS	
	1940	1950
SETOR PRIMÁRIO	71%	64%
SETOR SECUNDÁRIO	8,9%	12,9%
SETOR TERCIÁRIO	20,1%	22,7%

Fonte: Elaboração própria baseada em Baer (1983)

Nas Tabelas 11 e 12 que seguem abaixo, é observado na primeira tabela o crescimento do número de pessoas empregadas no setor industrial e na segunda tabela o montante salarial do setor industrial, durante o período de 1939 e 1985. Pode se observar que existe uma elevação na renda média do trabalhador do setor industrial que em 1970 era de 4,6 milhares de cruzeiros e que em 1980 era de 140 milhares de cruzeiros.

Tabela 11 – Pessoal ocupado na Indústria, nas datas do censo industrial (1939 - 1985)

CLASSES E GENEROS DA INDÚSTRIA	PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA						
	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985
INDÚSTRIA GERAL	851755	1346423	1799376	2699969	3881051	5004522	5608704
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	35433	36809	45714	65339	64506	86313	107376
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	816322	1309614	1753662	2634630	3816545	4918209	5501328

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 2 ed. Rev. E atual do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Tabela 12 - Salários pagos ao pessoal ocupado na Indústria, nas datas do censo industrial (1939-1980)

CLASSES E GENEROS DE INDÚSTRIA	SALÁRIOS PAGOS AO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA					
	1939	1949	1959	1970	1975	1980

INDÚSTRIA GERAL	1913594	13819553	145123399	12637981	60310166	704568557
INDÚSTRIA EXTRATIVAS	58391	330809	3536298	338051	988051	14295355
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	1855203	13488744	141587101	12299930	59322115	690273202

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 2 ed. Rev. E atual do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

(1) Nos anos de 1939, 1949 e 1959, os valores são expressos em milhares de cruzeiros correntes, de acordo com o padrão monetário de 1942; e nos anos de 1970, 1975 e 1980 os valores estão expressos em milhares de cruzeiros, segundo o padrão monetário de 1970.

A composição do número de empregados por estabelecimentos ajuda a evidenciar a modificação e aprofundamento do setor industrial. Normalmente, empresas que possuem um baixo número de empregados apresentam um produto com baixo valor agregado, enquanto que estabelecimentos que possuem um elevado número de empregados geralmente produzem bens com um alto valor agregado, como eletrodomésticos e carros. A Tabela 13 a seguir evidencia um crescente número de estabelecimentos que empregam mais de 50 pessoas, caracterizando a elevação da produção de bens com um alto valor agregado.

Tabela 13 - Relação do número de empregados com estabelecimentos industriais (1940-1969)

NÚMERO DE EMPREGADOS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS		
	1940	1950	1960
1 a 5	22845	46363	6987
6 a 10	7832	10486	7862
11 a 20	5822	6749	7174
21 a 25	-	4470	7034
26 a 50	2011	-	-
51 a 100	1114	1532	3365
101 a 250	733	1060	2265
251 a 500	297	401	932
501 a 1000	130	180	457

Fonte: Elaboração própria baseada em Baer (1983)

A Tabela 14 a seguir representa o montante de valor da produção industrial gerado entre os anos de 1939 e 1980, sendo que as indústrias de transformação possuíam uma maior participação deste valor devido ao seu elevado grau de cadeias produtivas que agregam um maior valor ao produto final.

Tabela 14 - Valor da produção industrial, nas datas do censo industrial (1939 - 1980)

CLASSES E GÊNEROS DE INDÚSTRIA	VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL					
	1939	1949	1959	1970	1975	1980
INDÚSTRIA GERAL	15 905 155	108 390 946	1 194 784 551	11 8427 561	793 645 132	9 738 340 472

INDÚSTRIA EXTRATIVAS	199 860	927 409	14 478 349	1 912 018	10 946 658	13 6391 561
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	15 705 295	107 463 537	118 0306 202	116 515 543	782 698 474	9 601 948 911

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 2 ed. Rev. E atual do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

(1) Nos anos de 1939, 1949 e 1959, os valores são expressos em milhares de cruzeiros correntes, de acordo com o padrão monetário de 1942; e nos anos de 1970, 1975 e 1980 os valores estão expressos em milhares de cruzeiros, segundo o padrão monetário de 1970.

Algo que também pode ser observado é a dinâmica do valor de importação brasileira de equipamentos industriais que entre 1900 e 1939 mais que quadruplica. A elevação desse montante ocorre devido a necessidade de introduzir equipamentos industriais para a produção de bens de consumo que estavam ganhando espaço devido a proteção governamental através de políticas cambiais protecionistas, conforme Tabela 15.

Tabela 15 - Valor da importação brasileira de equipamento industrial (1900 – 1939)

ANOS	VALOR DA IMPORTAÇÃO (em libras esterlinas a preços de 1913)
1900	535 963
1905	891 185
1910	1 733 234
1915	337 491
1920	1 271 030
1925	2 609 991
1930	1 605 285
1935	1 929 352
1939	2 428 693

Fonte – Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 2 ed. Rev. E atual do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Entre os anos de 1946 e 1950 o crescimento das importações em 23,9% na média do período se dá pela inexistência anterior de mecanismos de importação, sendo nesse período onde são criadas as licenças prévias de importação incentivando por "tabela" a ampliação do setor industrial. Outra fase de crescimento das importações entre o período de 1968 e 1980 devido à expansão do parque industrial e incentivo do governo a priorização de importação de bens intermediários. O período entre 1981 e 1984 se caracteriza por uma média de importação negativa por ter desenvolvida as tecnologias básicas para crescimento interno do parque industrial nacional, conforme Tabela 16.

Tabela 16 - Taxa de crescimento da importação de bens (1946-1984)

MÉDIAS ANUAIS POR PERÍODO							
1946/50	1951/55	1956/60	1961/63	1964/67	1968/73	1974/80	1981/84

TAXA DE CRESCIMENTO DA IMPORTAÇÃO DE BENS	23,90%	3,2%	3,2%	0%	2,7%	27,5%	20,6%	-11,8%
--	--------	------	------	----	------	-------	-------	--------

Fonte: Elaboração própria baseada em Giambiagi (2005)

Em relação à composição das importações onde se é possível enxergar os efeitos do modelo de processo de substituição por importação, pode ser observado que ocorre um aumento na importação de bens intermediários e de combustíveis tendo o seu pico entre os anos de 1980 e 1982 caracterizado pela impulsão do II PND que visava esgotar o modelo de processo de substituição por importação, algo que foi alcançado em 1984 devido a redução do *quantum* de importação dos dois itens. Pode ser observado também que a economia já não priorizava a importação de bens de consumo algo relacionado a existência interna consolidada desses produtos, conforme Tabela 17.

Tabela 17 - Composição das importações (1974-1984)

ANOS	BENS INTERMEDIÁRIOS	COMBUSTÍVEIS	BENS DE CAPITAL	BENS DE CONSUMO			TOTAL GERAL
				NÃO DURÁVEIS	DURÁVEIS	TOTAL	
1974	6 903	2 891	2220	444	183	627	12641
1975	6 125	2 899	2652	371	163	534	12220
1976	5 930	3 634	2288	393	138	531	12383
1977	5 744	3 849	1868	457	105	562	12383
1978	6 551	4 223	2224	547	138	685	13683
1979	8368	6465	2253	870	128	998	18084
1980	9685	9868	2610	695	97	792	22955
1981	8290	11022	2196	490	93	583	22091
1982	6892	10141	1804	468	90	558	19395
1983	5425	8195	1335	417	57	474	15429
1984	5639	6888	1078	265	46	311	13916

Fonte: IPEA (Site IPEADATA)

Um forte indicador da elevação do setor industrial e de infraestrutura durante o século XX é a expansão da produção e consumo de insumos utilizados para a realização de suas atividades. De acordo com a Tabela 18 é notável que em 1920 tanto o cimento quanto o ferro gusa não eram produzidos internamente algo que vai ser modificado durante à década de 1930 visando internalizar as cadeias produtivas dos setores “chaves” do processo de intensificação das estruturas básicas para o desenvolvimento do país.

Tabela 18 - Produção e consumo brasileiro de cimento de ferro gusa em milhões de toneladas (1920 - 1940)

ANOS	PRODUÇÃO INTERNA DE CIMENTO	CONSUMO DE CIMENTO	PRODUÇÃO INTERNA DE FERRO GUSA	CONSUMO
1920	-	173	-	85
1925	-	336	8	118
1930	87	472	21	86
1931	167	281	23	54
1932	149	310	34	59
1933	226	340	54	107
1934	324	450	62	126
1935	366	450	64	156
1936	485	563	74	175
1937	571	646	76	230
1938	618	668	92	215
1939	698	733	114	251
1940	745	764	141	281

Fonte: Elaboração Própria baseada em Baer (1983)

Observando a Tabela 19 que mostra a participação de cada setor da atividade industrial no valor adicionado do setor industrial percebe-se uma elevação dos setores relacionados a fabricação de bens de consumo tais como os setores metalúrgicos e de minerais

Tabela 19 - Distribuição por setores da atividade industrial em percentagens do valor adicionado (1920 - 1950)

SETORES	1920	1940	1950
Minerais não-metálicos	4,7	5,3	7,4
Metalurgia	4,3	7,7	7
Mecânica	2	5,8	2,2
Material Elétrico	-	-	1,7
Material de Transporte	-	-	2,3
Madeira	5,8	5,1	3,4
Mobiliário	2	-	2,2
Papel e correlatos	1,5	1,4	2,1
Artefatos de borracha	0,2	0,7	2,1
Couro e artefatos de couro	2,4	1,7	1,3
Química e farmacêutica	6	10,4	9,4
Têxtil	28,6	22,7	20,1
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	8,6	4,9	4,3
Produtos alimentares	22,2	22,9	19,6
Bebidas	5,9	4,5	4,3
Fumo	3,9	2,2	1,6
Editorial e gráfica	-	3,6	4,2
Diversos	1,9	1,5	4,4

Fonte: Elaboração Própria baseada em Baer (1983)

De acordo com a Tabela 20 a participação do setor exportador relacionado a produtos agrícolas na renda interna brasileira começa a apresentar uma trajetória decrescente entre os anos de 1947 e 1960 devido a mudança da estrutura produtiva do Brasil que estava dando mais ênfase ao processo de industrialização brasileira.

Tabela 20 - Participação das exportações de produtos agrícolas na renda interna (1947 - 1961)

ANO	PREÇOS CORRENTES	PREÇOS DE 1953
1947	10,5%	14,9%
1948	10,2%	14,1%
1949	9,1%	11,8%
1950	9,9%	9,3%
1951	10,60%	9,4%
1952	7,7%	7,5%
1953	7,9%	7,9%
1954	8,5%	8,2%
1955	8,1%	6,7%
1956	6,8%	7,2%
1957	5,4%	6,2%
1958	4,2%	5,5%
1959	5,5%	6,3%
1960	5,7%	6,1%
1961	-	6,1%

Fonte: Elaboração Própria baseada em Baer (1983)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido em toda a pesquisa a finalidade foi identificar se o Estado impactou de forma positiva no desenvolvimento econômico do país. Observou-se a utilização do modelo Cepalino de desenvolvimento, ou seja, o Estado através do planejamento, incentivos fiscais e financeiro, protecionismo e disponibilização de infraestrutura pública (transportes, energia, comunicações, etc.), conseguiram desde 1946 intensificar o processo de industrialização visando realizar o desenvolvimento econômico do país. Além disso, ficam visíveis na criação de políticas governamentais as influências de fatores endógenos como ampliação da infraestrutura básica da economia, como determinantes no processo de crescimento do país.

No processo de industrialização brasileiro podem-se observar diversas características do modelo de desenvolvimento econômico da CEPAL. Primeiramente, a função planejadora do Estado ganha destaque através de diversos planos de desenvolvimento econômico, sempre tendo a industrialização como fator principal para alcançar os objetivos econômicos traçados. O Estado como agente planejador tem o seu maior auge em dois governos brasileiros, porém em regimes diferentes. O Governo de JK, em um regime democrático teve o Estado presente na economia tanto como coordenador das atividades e recursos econômicos, quanto como principal investidor e captador de recursos para realização do Plano de Desenvolvimento do governo à época, o Plano de Metas. O segundo governo onde o Estado é peça chave para o desenvolvimento econômico do país, é um governo militar, configurado em um regime ditatorial onde as ações econômicas eram tomadas de forma unilateral e acatadas quase sempre sem protesto devido ao caráter autoritário do regime. Durante o Regime Militar existiram três planos de desenvolvimento econômico, o Plano Estratégico de Desenvolvimento e o I e II PND.

A segunda característica do modelo da CEPAL no processo de industrialização brasileiro foi o protecionismo seletivo. O Estado desde o governo Dutra realizava operações de controle de importações que inicialmente eram voltadas para o equilíbrio da balança de pagamentos e que posteriormente ajudou no protecionismo de indústrias, implementado e "profissionalizado" no governo de JK e executado até o seu esgotamento no fim do regime militar em 1984.

Porém, todos esses planos de desenvolvimento econômico, exceto o Plano Trienal de Desenvolvimento, tinham um caráter mais econômico do que social e não uma combinação dessas duas características. No Plano de Metas, por exemplo, a educação e a alimentação tiveram o menor percentual de recursos destinados, sendo a educação prevista aquela necessária para criação de mão-de-obra e não uma educação que conseguisse transformar o indivíduo conhecedor do espaço que está inserido.

Logo, o desenvolvimento econômico brasileiro teve forte participação do Estado na elaboração de planos de desenvolvimento, mapeando os setores econômicos que necessitavam de modificação nas suas estruturas produtivas reduzindo dessa forma os "gargalos estruturais" existentes, sendo financiador de grande parte dos investimentos realizados em infraestrutura básica, energia e indústria de forma direta ou indireta através do BNDE. Além disso, o Estado através de suas políticas cambiais ocasionou um protecionismo necessário para o parque industrial brasileiro incentivando a intensificação de suas atividades. Diante do exposto é nítido o impacto positivo das ações do Estado durante o processo de industrialização brasileiro no desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

BAER, WERNER. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo/FGV, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Texto para Discussão EESP/FGV, 2008.

CARVALHO, Elaine Cristina Leão. **O processo de Colonização e Urbanização na Amazônia**. Pará: Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

JONES, Charles. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 4ª tiragem.

OSER, Jacob; BLANCHFIELD, William C. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 1983.

SANTOS, Leandro Bruno dos. **As diferentes trajetórias dos países de industrialização tardia asiáticos e latino-americanos**. 2008.

SILVA FILHO, Guerino Edécio da Silva. **A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da teoria do desenvolvimento econômico periférico da CEPAL**. Revista Econômica do Nordeste/Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, 1997.

SILVA FILHO, Guerino Edécio e Carvalho, Eveline Barbosa Silva. **A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em Cenário Pós-Cepalino.** Revista Econômica do Nordeste/ Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, 2001.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e Industrialização no Brasil.** Revista de Economia Política, 1988.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Celso Furtado e o Início da Industrialização no Brasil.:** Revista de Economia Política. 2002.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória.** Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** São Paulo: Editora Atlas, 2002.